

Reflexão & Ação, Vol. 22, No 2 (2014).

EDUCAÇÃO DO CAMPO: HISTÓRIA, PRÁTICAS E DESAFIOS.

Entrevista com Bernardo Mançano Fernandes, por Graziela Rinaldi da Rosa.

Breve Currículo: Bernardo Mançano Fernandes possui graduação (licenciatura e bacharelado) em Geografia (1988), mestrado em Geografia Humana (1994) e doutorado em Geografia Humana (1999) pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado pelo Institute for the Study of Latin American and Caribbean - University of South Florida (2008) Professor Livre-Docente pela UNESP (2013). Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Presidente Prudente. Coordenador da Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, onde preside a coleção Vozes do Campo e a coleção Estudos Camponeses e Mudança Agrária, publicados pela Editora da Unesp. Coordenador do Programa de Pós - Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe - TerritoriAL - do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais - IPPRI. É parecerista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), SciELO - Scientific Electronic Library Online e dos seguintes periódicos: Human Geography (EUA), Journal of Peasants Studies (Canadá), Revista Terra Livre (Brasil), Cómo Pensar la Geografía (México). Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma agrária (Nera). Membro do Conselho Pedagógico Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Autor de A formação do MST no Brasil e em coautoria com João Pedro Stedile do livro Brava Gente. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em desenvolvimento territorial na América Latina e Caribe, pesquisando os seguintes temas: teorias dos territórios, paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário, reforma

Educação do campo: história, práticas e desafios

agrária, desenvolvimento territorial, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Via Campesina. (Texto extraído da plataforma lattes, atualizada 05/12/2014).

INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA ENTREVISTA

O trabalho de Bernardo Maçano Fernandes além de significativo tem possibilitado outros olhares para os Movimentos Sociais do campo e a Educação do Campo. Seus estudos, teorias e investigações quanto ao tema “Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe” tem contribuído para pensarmos nossas territorialidades e os diferentes sujeitos do campo.

O contato com o professor Bernardo Maçano Fernandes ocorreu na efervescência do II Seminário Internacional de Educação do Campo-SIFEDOC, momento em que ocorria a articulação, sistematização, debate e socialização de propostas e experiências de uma educação do campo, comprometida com os processos educacionais que garantam a autonomia e o potencial transformador da classe trabalhadora.

Tendo como tema *Educação, memória e resistência popular na Formação social da América Latina*, o evento provocou reflexões que problematizem e proponham resistências, com base em experiências concretas implementadas na América Latina. Conforme a organização do evento o SIFEDOC caracteriza-se como um espaço de produção teórica e de análise da atualidade e de práticas sobre a Educação do Campo, visando qualificar os processos educativos na direção de uma educação que vá ao encontro dos interesses dos trabalhadores, quer aconteça na escola pública ou nos espaços não formais.

Nesse sentido teve como objetivos do SIFEDOC¹: Possibilitar, através da constituição de uma rede que envolve IES, escolas de educação básica e movimentos sociais populares, um espaço permanente de produção teórica e de análise da atualidade e de práticas sobre a Educação do Campo – explicitação e aprofundamento – tendo como parâmetro a formação social da América Latina. Os objetivos específicos foram: Propiciar a aproximação e articulação entre IES, escolas de educação básica e movimentos sociais populares nos debates e trocas de experiência acerca da Educação do Campo; Contribuir, a partir dos debates internos, com a formulação e implementação de políticas públicas educacionais e intersetoriais nas esferas municipais, estadual e federal, orientados para efetiva viabilização de uma educação do campo concebida tomando como referência a ótica dos trabalhadores;

¹ Dados retirados do site do evento: <http://coral.ufsm.br/sifedoc/index.php/apresentacao-sii>

Educação do campo: história, práticas e desafios

Fomentar uma aproximação entre os debates de escolas do campo e escolas urbanas, no sentido de concebê-las como parte de um único projeto efetivamente transformador da situação posta na atualidade. Criar espaços permanentes de produção e socialização de pesquisas acadêmicas referentes à educação do campo.

Graziela Rinaldi da Rosa – 1) Para começar a nossa conversa, gostaria de saber como você percebe a Educação do Campo na conjuntura atual brasileira?

Bernardo Mançano Fernandes – A Educação do Campo está associada ao desenvolvimento do campo, de modo que precisamos pensar ambas. E temos que compreender que não existe apenas o modelo de desenvolvimento do agronegócio. Ele é hegemônico, mas não é único. A Educação do Campo nasceu desde um pensamento que compreende o campo em plena disputa territorial entre o campesinato e o agronegócio, criado pelas relações capitalistas. Portanto, quando falamos de educação do campo, estamos nos referindo aos territórios camponeses, que são criados por relações familiares, associativas e cooperativas. Estas são relações não capitalistas. Todavia, quando os territórios das relações não capitalistas são apropriados pelas relações capitalistas, eles são subordinados e depois destruídos. Por causa disso, precisamos pensar a emancipação dos territórios camponeses com uma educação do campo que promova o seu desenvolvimento.

Esta educação precisa pensar a lógica territorial camponesa e o seu desenvolvimento. Assim, não podemos pensar numa educação para o assalariamento, mas em uma educação em todos os níveis e dimensões para o trabalho familiar.

Graziela Rinaldi da Rosa – 2) Como e quando a Educação do Campo está associada ao desenvolvimento territorial? Pode nos dar exemplos? Falar sobre sua perspectiva de desenvolvimento de conjunto de sistemas camponeses que implica desenvolvimento: financeiro de mercado, industriais e tecnologias voltadas para a agroecologia.

Bernardo Mançano Fernandes – A ideia de desenvolvimento territorial parte do princípio da integralidade da diversidade do campesinato. Isto significa dizer que o desenvolvimento é multidimensional, reforçando a ideia do desenvolvimento humano, que é o contrário do desenvolvimento setorial, como por exemplo: desenvolvimento econômico, desenvolvimento

Educação do campo: história, práticas e desafios

social etc. O desenvolvimento territorial compreende as cinco dimensões primárias, como política, ambiente, sociedade, cultura, economia, e as dimensões associadas como a educação, saúde, moradia, produção, lazer, mercado, consumo, etc. É neste sentido que Educação do Campo acontece, como construtora de conhecimento para pensar o território camponês, porque foi nesse território que nasceu a Educação do campo. De modo que um cria o outro, território cria educação que cria desenvolvimento. Não se pode mais entender o território como plano tão somente, porque o território também é sujeito e vice e versa. Território e sujeito são contínuos, um está no outro, eles formam uma unidade. Por isso que todas as pessoas necessitam de um lar. Ninguém vive sem território. E o território para existir precisa de alguém. Se compreendemos dessa forma a relação sujeito território e, especificamente, no caso do campesinato, precisamos pensar como ocorre o desenvolvimento territorial. Eu defendo que seja pela criação de um conjunto de sistemas camponeses, como o sistema agrícola, pecuário, industrial, mercantil, financeiro, tecnológico etc. Nas regiões onde alguns desses sistemas estão desenvolvidos, a vida do campesinato é bem melhor. Mas todos estes sistemas não estão desenvolvidos em nenhuma das regiões brasileiras. a região Sul, é a que mais tem parcialmente desenvolvido estes sistemas, mas a região Norte, tem apenas os sistemas agrícola e pecuário. Pior de todas é a região Sudeste, onde o agronegócio impede a criação desses sistemas. Esse conjunto de sistemas voltados para a agroecologia vai dinamizar a agricultura camponesa. É um grande mercado que pode ser expandido.

Graziela Rinaldi da Rosa – 3) Durante o “II Seminário Internacional de Educação do Campo e Fórum Regional do Centro e Sul do RS: educação, memória e resistência popular na formação social da América Latina”, que ocorreu em Santa Maria nos dias 8, 9 e 10 de outubro de 2014, você falou que “o princípio da educação do campo é construir conhecimentos que garantam a existência e desenvolvimento do campesinato a partir de uma perspectiva soberana”. Poderia falar mais sobre isso?

Bernardo Mançano Fernandes – O campesinato, de modo genérico, tem absorvido um conhecimento colonizado em diversos sentidos. Como ele ainda não tem um modelo de desenvolvimento próprio, necessita se subordinar ao modelo de desenvolvimento do agronegócio, usando a tecnologia e se submetendo às regras do mercado capitalista. Este é um processo destrutivo do qual o campesinato não escapa. Acreditar que será preciso destruir o capitalismo para o campesinato se desenvolver é um equívoco. O campesinato precisa se desenvolver enfrentando o capitalismo, criando outros territórios que não seja o capitalista.

Educação do campo: história, práticas e desafios

Para isso, é preciso construir conhecimento soberano, desde o território camponês. Construir o conjunto de sistemas do campesinato é o ponto de partida.

Graziela Rinaldi da Rosa – 3) Para o senhor o “debate paradigmático” é uma das saídas para transformar a realidade e se (re)criar perspectivas de superação no que diz respeito aos paradigmas do agronegócio e da agricultura familiar. Como o senhor percebe na conjuntura atual a disputa desses paradigmas? De que maneira a Educação do Campo deve contribuir para esse debate?

Bernardo Mançano Fernandes – O debate paradigmático é um método de análise para observamos as estratégias de ambos os modelos de desenvolvimento: campesinato e agronegócio e procurar compreender suas conflitualidades e perspectivas de superação. Já foi superada a compreensão banal de que o campesinato é parte do agronegócio, embora sobrevivam alguns retardatários que ainda acreditam nisso, como, por exemplo, acreditar que a agricultura familiar pode se “integrar” ao agronegócio. Agora temos que superar a compreensão de que esses modelos possam conviver harmoniosamente. Eles convivem em conflitualidade permanente porque são classes sociais distintas que disputam os mesmos territórios. A educação do campo precisam explicar como funciona os dois modelos para que as partes envolvidas conheçam que o desenvolvimento possível precisa ser construído desde seus territórios. O agronegócio já faz isso, mas o campesinato ainda não, de modo que a educação do campo ainda tem muito o que fazer. E estou me referindo à educação em todos os níveis, e na pesquisa, extensão e políticas públicas.

Graziela Rinaldi da Rosa – 4) Como a educação do campo pode contribuir para um paradigma que de fato valorize e contribua na emancipação dos povos do campo?

Bernardo Mançano Fernandes – Desde que defenda os territórios camponeses. A educação do campo foi criada pelos movimentos camponeses para o campesinato. Muitas pessoas não entendem isso, porque não querem reconhecer que, na nossa sociedade, existe uma classe social que vive da produção de alimentos, mas que pode produzir muito mais. Quando desenvolvermos os conjuntos de sistemas camponeses e os consolidarmos em todo o Brasil, teremos que nos preocupar mais com a qualidade dos produtos, com detalhes, que hoje não pensamos porque ainda estamos lutando pelo direito à terra, moradia, saúde e educação. A

Educação do campo: história, práticas e desafios

educação do campo contribuirá para este desenvolvimento que poderá emancipar os povos do campo.

Graziela Rinaldi da Rosa – 5) Para você, a política pública que emancipa os povos da Terra são aquelas que podem ser pensadas e realizadas não apenas pelo Estado. Como você percebe que tem sido criadas essas políticas públicas emancipatórias em nosso país?

Bernardo Mançano Fernandes – Políticas emancipatórias são aquelas que contribuem de fato para o desenvolvimento do território camponês. São aquelas que não subordinam o campesinato ao agronegócio. Elas são fundamentais para os sistemas camponeses. Exemplos de políticas emancipatórias são o PRONERA, PAA, PNAE, Terra Forte etc. São políticas que contribuem para pensar a soberania dos territórios camponeses e não para subordiná-los ao agronegócio. Para emancipação é preciso a participação efetiva do Estado, no apoio às políticas camponesas.

Graziela Rinaldi da Rosa – 6) Professor, quais os principais desafios que a educação do campo tem a enfrentar?

Bernardo Mançano Fernandes – Eu acredito que os movimentos e as universidades precisam formar gente com a compreensão do que é a educação camponesa e não a educação empresarial. Nossas pesquisas têm que caminhar nesta direção. Precisamos criar cursos, centros de pesquisas, políticas públicas para que a educação avance na consolidação das experiências camponesas e as façam se reproduzir, lutando contra o agronegócio que as destrói todos os dias.

Graziela Rinaldi da Rosa – 7) Poderia falar sobre os trabalhos que está desenvolvendo no momento?

Bernardo Mançano Fernandes – Na Unesp criamos um mestrado com a Via Campesina e a UNESCO para formar mestres para atuarem nos territórios camponeses da América Latina, visitem os nossos sítios: www.unesp.br/educampo e www.ippri.unesp.br/territorial Também criamos o DATALUTA - BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA e publicamos, mensalmente, o Boletim DATALUTA e, anualmente, o Relatório DATALUTA, ambos estão

Educação do campo: história, práticas e desafios

disponíveis na página do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, ver em www.fct.unesp.br/nera

Quem quiser receber o Boletim DATALUTA mensalmente, escreva para boletimdataluta@fct.unesp.br

Graziela Rinaldi da Rosa – Professor, agradeço a sua disponibilidade e atenção. Muito obrigada pelas suas contribuições e a possibilidade do diálogo.